

O MAPEAMENTO DAS PESQUISAS COM METODOLOGIAS EMANCIPATÓRIAS DA DEFICIÊNCIA

Geisa Letícia Kempfer Böck¹
Solange Cristina da Silva²
Chaiane Karol Alegri Cunha³

RESUMO

Muitas das pesquisas acadêmicas realizadas, as quais focam na temática da deficiência, reproduzem o capacitismo, seja nos procedimentos metodológicos que são homogeneizadores e que não acolhem a diversidade de características dos sujeitos investigados, ou ainda em escritas que não são acessíveis aos distintos perfis de participantes. Com essa hierarquização nos modos de participação não se respeitam as diferenças no modo de representação e expressão de cada sujeito e com isso, as pessoas com deficiência seguem sendo objeto de investigação e poucos estão ocupando espaços de produção de conhecimento. Tem-se por objetivo neste estudo caracterizar a produção científica referente aos estudos emancipatórios da deficiência, o qual rompe com o binômio sujeito/objeto, valorizando a participação de pessoas com deficiência enquanto coprodutores das pesquisas. Para esse estudo realizamos uma revisão integrativa pautada nas cinco fases propostas por Cooper (1984), considerando produções em âmbito nacional e internacional. Como resultado, após a exclusão dos artigos que não atendiam a pergunta de pesquisa, incluímos 35 artigos para análise, sendo estes provenientes de distintos lugares, conforme segue: 06 no Reino Unido, 05 nos Estados Unidos e na Inglaterra, 04 na África do Sul, 03 no Canadá, 02 na Austrália, na Espanha e em Israel, 01 no Brasil, na Holanda, Índia, Irlanda, Nova Zelândia e Suécia. A partir destes artigos aprofundamos o conhecimento acerca dessa metodologia de pesquisa, reconhecendo grupos de pesquisa que estão utilizando a abordagem dos estudos emancipatórios. Esperamos que a socialização deste trabalho possa provocar reflexões para minimizar a dicotomia sujeito/objeto, respeitando em todos os momentos aqueles que experienciam em suas vidas a deficiência.

Palavras-chave: Deficiência, Estudos Emancipatórios, Capacitismo, Pesquisas.

¹ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, no Centro de Educação a Distância no Laboratório em Educação Inclusiva- UDESC/CEAD/LEdI, geisa.bock@udesc.br

² Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, no Centro de Educação a Distância no Laboratório em Educação Inclusiva- UDESC/CEAD/LEdI, solange.silva@udesc.br

³ Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias da Universidade do Estado de Santa Catarina, voluntária no Centro de Educação a Distância no Laboratório em Educação Inclusiva- UDESC/CEAD/LEdI, chaianekarol.bio@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Pesquisas realizadas com foco no fenômeno da deficiência comumente utilizam procedimentos metodológicos homogeneizadores, que não acolhem a diversidade de características dos sujeitos investigados, hierarquizam os modos de participação como mais uma expressão do capacitismo que é presente em nossa sociedade e não consideram as diferenças no modo de expressão e participação de cada sujeito.

Por outro lado, muitos grupos de pesquisa investem esforços na compreensão do fenômeno da deficiência e de outras problemáticas que circundam essa temática com distintas concepções que orientam as práticas desses pesquisadores. Alguns desses pesquisadores estão se pautando em perspectivas emancipatórias, as quais se revelaram como uma alternativa para romper com a dualidade sujeito/objeto. Para o texto aqui apresentado, focaremos em um dos objetivos da pesquisa que era o de “Mapear os grupos de pesquisa que utilizam a metodologia dos estudos emancipatórios da deficiência na produção acadêmica”.

Assim, ao longo da nossa escrita neste artigo, apresentaremos a metodologia utilizada no estudo de revisão integrativa, uma justificativa para situar o leitor sobre a escolha por este estudo, na sequência uma breve revisão bibliográfica no espaço do referencial teórico, posteriormente os resultados alcançados a partir do objetivo proposto e, por fim, algumas considerações finais.

METODOLOGIA

O estudo que originou este trabalho, consiste em uma revisão, em bases científicas, sobre os “estudos emancipatórios da deficiência” com o intuito de caracterizar a produção científica referente a essa temática e sistematizar algumas das contribuições dessa metodologia de pesquisa para a comunidade acadêmica da área. Para este momento, apresentaremos a primeira etapa de análise dos resultados, que foi o mapeamento dos grupos que utilizam em pesquisas sobre a deficiência, metodologias intituladas emancipatórias. Para a revisão optou-se em utilizar as cinco fases propostas por Cooper (1984), sendo elas:

- 1- Formulação do Problema,
- 2 - Coleta de Dados,
- 3 - Avaliação dos dados,
- 4 - Análise e interpretação dos dados,
- 5 - Apresentação dos resultados.

Os termos utilizados na busca nas bases foram “*emancipatory studies of disability*” e “*emancipatory investigation of disability*”, tendo a definição de procura no título, no resumo ou nas palavras-chave. Compreende-se que uma pesquisa inicial padronizada nas diferentes bases se faz necessária e que, esses itens, possibilitam uma boa cobertura de busca de estudos representativos para responder às perguntas de pesquisa: Como os Estudos Emancipatórios da Deficiência podem contribuir para a representatividade, participação e agência das pessoas com deficiência no espaço da produção acadêmica? Para além disso, quais são os grupos de pesquisa no Brasil que estão pautando seus estudos em metodologias emancipatórias?

O recorte de tempo para inclusão no estudo foi de dez anos, de 2011 a 2021, período comumente recomendado na literatura. As buscas foram realizadas em bases de produção científica no período junho de 2022. As bases incluídas no estudo foram:

- 1 - Web of Science** – Base de dados multidisciplinar com indexação de artigos e periódicos de grande impacto, os mais citados de cada área e ainda é possível acessar o índice de citações.
- 2 - SCOPUS (Elsevier)** – uma das maiores bases de literatura científica revisada por pares, indexadora na CAPES.
- 3 - SciELO** – Scientific Electronic Library Online - biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.
- 4 - PsycINFO** – Editada pela American Psychological Association (APA), grande cobertura nas áreas da Psicologia e Educação.
- 5 - ERIC** (U. S. Dept. of Education), pertence ao Departamento de Educação dos Estados Unidos, e apresenta uma variedade de estudos sobre educação.

Para inclusão dos artigos no estudo foi realizada uma seleção prévia que contemplou os seguintes critérios de inclusão: Artigos científicos completos; estar nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola, abordar a temática dos estudos emancipatórios, descritores presentes no título, nas palavras-chaves ou no resumo e disponibilidade de download gratuito. Posteriormente foi realizada uma análise de concordância. Para esta etapa de análise de concordância a intenção foi verificar se os artigos respondiam à pergunta de pesquisa. Individualmente, dois pesquisadores realizaram a leitura dos resumos dos artigos e indicaram a inclusão ou exclusão, na sequência foi realizada a verificação de concordância para definição dos artigos a serem incluídos no estudo.

Após essa verificação dos juízes foi realizado o levantamento dos dados para análise, vale destacar que para este trabalho considerou-se apenas a primeira etapa (A) do estudo, para tanto elegeram-se alguns elementos para a realização da tabulação numa planilha, sendo eles:

A – Identificação: Base de dados, título, nome do periódico, autores, local de atuação dos autores, país de origem, grupo de pesquisa a que pertence, ano de publicação. (esse levantamento de dados atendeu ao objetivo 1 da pesquisa)

B – Características metodológicas dos estudos: Objetivo, enfoque do estudo, descrição detalhada do método emancipatório, técnicas utilizadas, tipo de estudo (transversal ou longitudinal), participantes (número, critérios de escolha para inclusão e exclusão), análise de dados (Qualitativa; Quantitativa ou Mista(qualiquantitativa)), instrumentos, local do estudo. (esse levantamento de dados atenderá ao objetivo 2 da pesquisa)

C – Aspectos conceituais: princípios básicos dos estudos emancipatórios da deficiência em destaque no estudo, principais conceitos abordados. (esse levantamento de dados atenderá ao objetivo 3 da pesquisa)

D – Resultados e generalizações: Principais Resultados, Indicação de pesquisas futuras, recursos para implementação na prática, outros dados interessantes. (esse levantamento de dados atenderá aos objetivos 2 e 3 da pesquisa)

Após o levantamento dos dados eles foram interpretados utilizando-se da análise de conteúdo com categorias que emergiram nas leituras realizadas.

JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Pesquisas realizadas no campo da deficiência frequentemente recaem em metodologias que não acolhem as especificidades de participação das pessoas que experienciam a deficiência. Diferentes resultados de pesquisas acadêmicas não são de alcance dos grupos de sujeitos investigados, ampliando a distância entre o sujeito da pesquisa e os resultados produzidos. É notório nas produções publicadas em revistas científicas que muito tem se pesquisado sobre a pessoa com deficiência, entretanto pouco se tem feito COM essas pessoas. Nesse sentido, os estudos emancipatórios da deficiência se apresentam como uma alternativa para pesquisadores do campo dos *Disability Studies*, pois “este novo modelo de investigação defende a necessidade de um compromisso político entre o investigador e os sujeitos investigados, capaz de questionar o postulado positivista da existência de “leis naturais” reguladoras da realidade social e revelador das relações de opressão social existentes” (Barnes, 2003). Ainda são poucos os grupos de pesquisa e instituições que realizam pesquisas emancipatórias, portanto, faz-se necessário compreender profundamente essa metodologia, sua história, aplicabilidade e contribuições, bem como, reconhecer os grupos de pesquisa que trabalham com essa abordagem

metodológica no Brasil e no exterior para possibilitar encontros e novos diálogos sobre a produção científica comprometida com o movimento social das pessoas com deficiência.

Estabelecer procedimentos atentos e respeitosos com as características do público investigado é um reconhecimento da academia às condições opressoras da própria produção científica. Da mesma forma, refletir sobre a produção do conhecimento a partir de elementos dos campos dos estudos sobre deficiência de vertente feminista, é propor atitudes pautadas nos direitos humanos, na ética do cuidado e na justiça social no campo científico. Nesse sentido, essa revisão torna-se relevante, pois ainda é incipiente os estudos emancipatórios da deficiência no Brasil e não se localizou pesquisas de revisão sobre essa metodologia que tenha sido publicada nas bases escolhidas para o desenvolvimento deste estudo. Assim sendo, para além do levantamento acerca das contribuições, pretende-se mapear os grupos de pesquisa que utilizam a metodologia dos estudos emancipatórios da deficiência na produção acadêmica, enfim caracterizar a produção científica e as lacunas que precisam de maior investimento em pesquisas. Com isso, pretende-se gerar formas de produzir conhecimento que sejam potencializadoras de mudanças sociais e emancipatórias, reveladoras do compromisso das Ciências Sociais e Humanas na construção de uma sociedade inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em diferentes países existem pesquisadores centrando seus estudos no intuito de qualificar e, conseqüentemente, ampliar a compreensão sobre as questões envolvendo a temática da deficiência. Colin Barnes, Bruno Sena Martins e demais pesquisadores, em resposta à proposição de metodologias de pesquisas que respeitem as diferenças humanas e que sejam próximas do campo dos *Disability Studies*, apresentam uma nova possibilidade para as pesquisas na área: a Investigação Emancipatória. Nesta proposta há quatro princípios básicos indissociáveis: o modelo social da deficiência enquanto perspectiva teórica, uma ciência comprometida com as lutas das pessoas com deficiência, a responsabilidade do investigador/pesquisador com os sujeitos da investigação e metodologias/técnicas de pesquisa que capturem a complexidade real e que valorize a voz das pessoas com deficiência. (MARTINS; FONTES; HESPANHA & BERG, 2012).

Michael Oliver (2002) provoca a reflexão de que esta proximidade necessita ser aprofundada através da criação de uma nova linguagem capaz de anular a distinção entre investigadores e investigados, bem como através da criação de novas ferramentas de investigação, capazes de coletivizar as experiências individuais (OLIVER, 2002, p. 4).

O termo “Investigação Emancipatória da Deficiência” surge em 1992, a partir do pesquisador Michael Oliver e pode ser definida como “a capacitação das pessoas com deficiência através da transformação das condições materiais e sociais de produção da investigação” (BARNES, 2003, p. 6).

A Investigação Emancipatória dedica-se à sistemática desmistificação de estruturas e dos processos que criam a deficiência, bem como do estabelecimento de um “diálogo viável” entre a comunidade científica e as pessoas com deficiência, de modo a potenciar a sua emancipação. A concretização deste objetivo implica que os investigadores aprendam a colocar os seus conhecimentos e capacidades ao serviço das pessoas com deficiência. (BARNES, 1992, p. 122)

Na metodologia da Investigação Emancipatória se estabelece o rompimento com a dualidade sujeito/objeto. Neste sentido, Barnes (2003) sugere o compromisso político do investigador com o sujeito investigado para que estas pesquisas se dissociem do modelo positivista que regula, aprisiona, silencia e marginaliza as pessoas com deficiência. Martins, Fontes, Hespanha e Berg indicam que a investigação emancipatória articulada com a afirmação do modelo social da deficiência significa também um reconhecimento por parte da academia dos termos em que a produção científica tem sido cúmplice – por ação ou omissão – com quadros sociais opressores das pessoas com deficiência (2017, p. 56).

Essas situações opressoras nos contextos de pesquisa podem ser facilmente reconhecidas, exemplos são os próprios instrumentos de pesquisa que, por vezes, são construídos pautados em uma lógica normocêntrica, que exclui determinados públicos de uma participação com agência ou ainda, os retornos (resultados) pouco acessíveis na sua divulgação para o público investigado. O que se ressalta aqui é que,

Dada a permeabilidade dos sentidos comuns aos discursos que naturalizam a inferioridade das pessoas com deficiência, a emergência e consolidação de um questionamento cultural e sociopolítico da normalidade, capaz de confrontar as condições estruturais que impedem efetivos horizontes de inclusão social, é tanto um desafio epistemológico como político. (MORAES, et. al, 2017, p.09)

Para romper com as práticas opressoras no processo de investigação é importante que esse processo se estabeleça em parceria, com uma co-aprendizagem entre academia e pessoas com deficiência. A participação das pessoas com deficiência em todo o processo investigativo é essencial para que a pesquisa possa se constituir no “fazer COM” e não no “fazer para ou pelas” pessoas com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final da avaliação dos juízes de concordância, foram incluídos 35 artigos para análise. A seguir a distribuição dos achados por base científica, ressalta-se que alguns artigos apareceram em mais de uma base, mas que posteriormente foram excluídos, entretanto consideramos que seria importante revelar o quantitativo que estava em cada uma dessas bases investigadas. Assim, na tabela a seguir teremos a soma de 54, os quais, excluindo as duplicidades, totalizam os 35 artigos definidos para o estudo, tal como segue:

Quadro 1 - Relação de quantidade de artigos localizados por base

Bases	Apa - PsycNet	Web Of Science	ERIC	Scopus	Gale Academic OneFile:
Quantidade	7	14	9	16	8

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com estes artigos selecionados, organizou-se a caracterização dos grupos de pesquisa que realizam estudos pautados em metodologias anunciadas como emancipatórias. Entre 2011 a 2021, período do recorte da pesquisa, foram distribuídas as publicações conforme tabela a seguir:

Quadro 2 - Relação de quantidade de artigos publicados por ano.

Ano	2011	2012	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Quantidade	2	3	2	2	2	3	6	2	11	2

Fonte: Elaborada pelas autoras

Nota-se que a maior incidência de publicação está no ano 2020. Esse fato nos mostra que essa metodologia ainda passa por um processo de afirmação dentre as pesquisas científicas em algumas áreas (a exemplo da educação), apesar da proposta de investigação emancipatória da deficiência ser introduzido em 1992 por Michael Oliver (Oliver, 1992). Fazer uma pesquisa

utilizando-se desta metodologia exige um desprendimento de conceitos positivistas e refutar a pretensa neutralidade científica, aspectos que ainda são muito valorizados na realização de pesquisa na academia.

Os artigos têm origem de pesquisas realizadas em distintos locais, com pesquisadores de várias universidades, as quais estão situadas em diversos países, tal como segue a imagem:

Imagem 1 - Relação de locais em que as pesquisas foram desenvolvidas.



Fonte: Elaborada pelas autoras

O mapa revela a grande incidência de publicações no Reino Unido e vislumbra-se que este campo teórico tem se propagado em diferentes países e continentes, complementar a este

mapa, apresenta-se no quadro a seguir a distribuição e o cômputo das produções realizadas nestas distintas localidades.

Quadro 3 - Relação de quantidade de artigos publicados por ano

País	África do Sul	Austrália	Brasil	Canadá	Espanha	Estados Unidos	Holanda	Índia	Irlanda	Israel	Nova Zelândia	Reino Unido	Suécia
Quantidade	4	2	1	3	2	5	1	1	1	2	1	11	1

Fonte: Elaborada pelas autoras

Reino Unido e África do Sul destacam-se em publicações de pesquisas com essa metodologia, sendo que do Reino Unido, 06 das publicações selecionadas são da Inglaterra. Por outro lado, o Brasil fica, juntamente com outros países, com um número muito pequeno de publicações. Sabe-se que no Brasil, há grupos a exemplo da antropologia, psicologia e educação que tem instituído como foco em suas pesquisas científicas a co-produção do conhecimento, mas não a nomeiam como pesquisa emancipatória. Todavia, este dado não apareceu na revisão nas bases escolhidas, o que revela uma das limitações da pesquisa realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada em algumas bases de publicações científicas, o que restringe o alcance da totalidade de artigos produzido em âmbito nacional e internacional, para além disso os dados coletados foram dentro de uma limitação temporal que, ao ampliar essas bases e/o tempo de busca, bem como o tipo de produção, outras publicações e grupos podem surgir. Sabe-se que há grupos no Brasil que realizam estudos que coadunam com as perspectivas emancipatórias ou vão além delas, a exemplo do pesquisador Com (Moraes, Márcia, 2010) as quais rompem com o positivismo na pesquisa. Para além deste grupo podemos evidenciar pesquisadoras da antropologia e da psicologia (Aydos, 2022; Mello e Gesser, 2021; Moraes, Gesser, Alves, Luiz, Paiva, 2021), dentre outras áreas e grupos que não se intitulam emancipatórios, embora suas produções, por conta do detalhamento já apresentado no recorte

do método, não apareçam como resultados nesta pesquisa, é importante registrar suas contribuições.

Os estudos localizados na pesquisa fortalecem a compreensão de como realizar pesquisas que sejam emancipatórias, revelam grandes proximidades no enfrentamento às opressões e situam as possibilidades de novos alinhamentos de pesquisa. Nesse sentido, embora haja uma consistência nos estudos localizados a partir do recorte estipulado, sugere-se uma ampliação da pesquisa para abarcar outras publicações que não se intitulam como emancipatórias, mas que seguem os princípios indicados pelos autores.

REFERÊNCIAS

BARNES, C. Qualitative Research: Valuable or Irrelevant? *Disability, Handicap and Society*, 7(2), 115-124. 1992.

BARNES, C. What a Difference a Decade Makes: Reflections on Doing ‘Emancipatory’ Disability Research. *Disability & Society* 18 (1), 2003.

BARNES, C. Un Chiste “Malo” Rehabilitar a las personas con discapacidad en una sociedad que discapacita. In: BROGNA, P. *Visiones y Revisiones de la discapacidad*. México: FCE, 2009.

COOPER, H. M. *The integrative research review: a systematic approach*. Beverly Hills: Sage, 1984.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, Brasília, v. 28, p. 1-10, julho. 2003.

MARTINS, B. S. et al. A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 98, p. 45-64, 2012.

MARTINS, B. S.; FONTES, F. *Deficiência e emancipação social: para uma crise da normalidade*. Coimbra: Almedina, 2016.

MARTINS, B.S; FONTES, F; HESPANHA, P. & BERG, A. *Investigação emancipatória da deficiência em Portugal: desafios e reflexões* in Moraes, M. et al. *Deficiência em questão: para uma crise da normalidade*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Nau, 2017.

MORAES, M. et al. *Deficiência em questão: para uma crise da normalidade*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Nau, 2017.

MORAES, M. *PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual*. In: Moraes, M. e Kastrup, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010. Disponível em: https://app.uff.br/slab/uploads/2010_txt15.pdf Acesso em: 10 nov 2023.



OLIVER, Michael (1992), “Changing the Social Relations of Research Production?”, *Disability & Society*, 7(2), 101-114. DOI : 10.1080/02674649266780141

OLIVER, M. Using Emancipatory Methodologies in Disability Research. 1st Annual disability research seminar. 2002 versão eletrônica disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/library/>. Acesso em 20/03/2020.

VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. Resignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014.